



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA DE ESTADO: RELAÇÕES ENTRE A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL

INFORMATION SCIENCE AND STATE INTELLIGENCE: RELATIONS BETWEEN INFORMATION AND KNOWLEDGE MANAGEMENT AND THE SENSITIVE KNOWLEDGE PROTECTION

Isabella Moreira Santos¹, Cátia Rodrigues Barbosa².

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente artigo apresenta, sob o enfoque da Gestão da Informação e do Conhecimento, a pesquisa que analisa o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) à luz da Ciência da Informação. O objetivo é contribuir com iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado, uma vez que, apesar de serem áreas de conhecimentos distintos, possuem uma significativa interdependência. Referente ao percurso metodológico, esse se fundamentou no método dedutivo que subsidiou o desenvolvimento de um constructo teórico, a identificação de interfaces e a criação de categorias, no intuito de buscar uma singularidade das análises desenvolvidas, a partir do universal para o particular. As categorias - Contexto Informacional Estratégico e Integração Estratégica da Gestão da Informação foram aplicadas no contexto estrutural, sistêmico e informacional do PNPC. Como resultados alcançados, destacam-se: o aprimoramento do sistema de Inteligência como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas assertivas; a promoção do compartilhamento do conhecimento pela visão integrativa da Gestão da Informação e do Conhecimento; o fortalecimento da cultura de inteligência estratégica.

Palavras-chave:

Ciência da Informação. Gestão da Informação e do Conhecimento. Inteligência de Estado. Proteção do

¹ Mestre em Ciência da Informação, na linha de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais

² Pós-doutora em Museologia pela Universidade de Québec em Montréal (UQÀM). PhD em Museologia pela Escola de Doutorado do Muséum National D'Histoire Naturelle- Paris/ Centre Koyré-Nouvelle Sorbonne. Mestre em Educação pela UFMG. Licenciatura Plena em Matemática e Professora da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Abstract: This work aims to analyse and to contribute with the National Program for Sensitive Knowledge Protection (NPSKP) of the Brazilian Intelligence Agency by the Science of Information expertise support. In this matter, we consider crossing points between the Science of Information and the Intelligence State, which present relevant interdependences. The methodological approach had the deductive method as an academic manner of reference, which contributed to develop a theoretical construct, to identify revealed interfaces and to create categories which goal is to scrutinize this research theme: the NPSKP. Furthermore, related to the categories it can be mentioned the Strategic Information Contexts and the Strategic Integration of Information and Knowledge Management which were applied in the structural, systemic and informational NPSKP milieu. In this way, we consider this “thesis” main achieved results the intelligence system improvement, the knowledge and intellect development to uphold assertive decision-making strategies, the knowledge sharing encouragement and the enhancement of strategic intelligence.

Keywords: Information Science, Information and Knowledge Management. State Intelligence and Brazilian Intelligence Agency. Sensitive Knowledge Protection.

1 INTRODUÇÃO

A mudança de paradigma político-econômico e social da sociedade contemporânea nos exige uma capacidade de flexibilidade e rapidez para a geração de conhecimento como apoio ao processo de tomada de decisão.

A sociedade e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) reconhecem que o conhecimento é uma vantagem competitiva e o ativo mais importante das instituições e, por isso, aponta que, um dos principais desafios deste século, tanto para as organizações quanto para os Estados, é a proteção dos conhecimentos estratégicos nacionais que representam condição essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos países³.

O Brasil se destaca na economia mundial por, além de abrigar a maior diversidade biológica do planeta, detém conhecimentos estratégicos que o transforma em potencial alvo de interesses externos. Por isso, é primordial a adoção de ações e medidas de salvaguarda desses conhecimentos, principalmente, por meio do fortalecimento de uma cultura de proteção desses ativos.⁴

Esses conhecimentos, de alto valor agregado, considerados sigilosos ou estratégicos, cujo acesso não autorizado pode comprometer a consecução dos objetivos nacionais e resultar em prejuízos ao País, são chamados de conhecimentos sensíveis e necessitam de medidas especiais de proteção.⁵

³Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=228. Consulta realizada em 20/04/15.

⁴Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=228. Consulta realizada em 20/04/15.

⁵Material impresso de divulgação do PNPC, distribuído pela Abin, no “Encontro com Gestores das Universidades Públicas em Minas Gerais”, promovido pela Superintendência Estadual de Minas

Diante desse contexto, é notória a necessidade do fortalecimento de uma cultura de proteção do conhecimento, considerado sensível. Para tal, é necessária a integração entre Estados e instituições públicas e privadas, no que tange à antecipação de identificação de ameaças e oportunidades, principalmente, para o apoio do processo decisório, em nível estratégico, das diversas esferas empresariais e governamentais, relacionadas à atividade de Inteligência de Estado – especialmente a Contrainteligência.

A presente pesquisa contribuiu à luz da Ciência da Informação (CI) com a identificação de iniciativas preventivas, relacionadas ao contexto informacional a partir das interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado.

A CI é um campo de estudo cujo objeto demanda diversidade em suas abordagens, pois, segundo Marteleto (2007, p.13-25), o conhecimento deve ser entendido e praticado na CI, a partir do conceito de informação, como elemento da cultura. Esta como criação ou invenção humana. Tendo em vista a informação como elemento da cultura, buscaremos estimular a reflexão dessas questões, inerentes à nossa sociedade, denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento, constituída a partir da explosão informacional.

Maciel (2013), em seu artigo intitulado “Pirâmide do Conhecimento: abordagens comparativas entre a Ciência da Informação e Inteligência de Estado”, defende o entrelaçamento teórico, multidisciplinar de ambos os campos do conhecimento, a partir de uma nova perspectiva sobre os fenômenos da informação e do conhecimento, fundamentada conceitualmente em Aldo Barreto (Ciência da Informação) e Sherman Kent (Inteligência de Estado).

Nesse sentido, essa Ciência Social Aplicada poderá contribuir com estudos relacionados à atividade de Inteligência de Estado, no que se refere à proteção do conhecimento sensível, objetivando minimizar as lacunas percebidas nesse contexto, aprimorar a pesquisa científica nesse campo de conhecimento e fortalecer a sua cultura de proteção.

Assim, a CI e a atividade de Inteligência têm como objeto de estudo o processo que envolve a produção da informação e do conhecimento. Cabe esclarecer:

A atividade de Inteligência é o exercício permanente de ações especializadas orientadas para a obtenção de dados, produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento de autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas de Estado. Engloba, também, a salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da sociedade e do Estado. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004)

A finalidade do processo de produção da informação e do conhecimento tanto na CI como na atividade de Inteligência é o apoio ao processo decisório. Segundo o Conselho Consultivo do Sisbin (2004, p.5) “No mundo moderno, o exercício da atividade de inteligência constitui fator indispensável de assessoria à tomada de decisão”. E ressalta questões relevantes debatidas, também na CI, em relação à proteção e ao compartilhamento das informações e à ética como norteadores de suas ações, alegando que:

Historicamente, a questão do exercício da atividade de Inteligência tem ensejado constantes debates sobre as exigências de sigilo em defesa dos interesses do Estado e sobre as necessidades de transparência dos atos governamentais, uma das características da democracia.

Como resultado desses debates, fica o entendimento de que os serviços de Inteligência devem ser submetidos a convenientes controles, como forma de garantir que as ações governamentais não se sobreponham aos interesses da sociedade e do Estado.

Além desses controles, é imprescindível que a ética oriente as ações inerentes ao exercício da atividade de Inteligência, o que impõe seleção rigorosa de seus profissionais, que, a par de atributos intelectuais e morais, devem ter a plena consciência de que o seu trabalho é destinado à consecução dos mais elevados interesses da Nação. (CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN, 2004, p.5)

A análise proposta na pesquisa envolveu questões referentes à interdependência⁶ da Atividade de Inteligência de Estado com a CI, como Ciência Social Aplicada – que abrange a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência Estratégica, Organizacional, Econômica e o Patrimônio. Esse, no contexto de nossa pesquisa, é considerado conhecimento sensível.

É importante salientar que, na literatura científica, a pesquisa nesse campo é incipiente, sobretudo, por integrar as áreas de conhecimento relacionadas à proteção do conhecimento sensível, proposta pelo PNPC como instrumento preventivo da Inteligência de Estado, com a CI.

A hipótese considerada nesta pesquisa é que há interdependência entre as áreas de conhecimento contempladas. Nesse sentido, elencamos a seguinte questão: de que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível?

O desenvolvimento da pesquisa será norteado pelos seguintes pressupostos:

⁶ Entendemos interdependência como sinônimo de correlação, ou seja, duas ideias que se relacionam entre si e que fazem parte do conceito de interdisciplinaridade compreendida nas Ciências Sociais como o intercâmbio de saberes com vista à complementaridade do conhecimento, para melhor explicar os fenômenos sociais na sua totalidade. O real social é pluridimensional e, por isso, suscetível de ser abordado de diferentes maneiras pelas diversas Ciências Sociais. Estas mantêm entre si relações de interdependência na abordagem aos fenômenos sociais. (Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto, 2003-2016. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/interdisciplinaridade>. Consulta realizada em: 22/04/2016).

i) A Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência.

ii) A Gestão da Informação e do Conhecimento aliada à Inteligência Estratégica⁷, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

iii) A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica⁸, no âmbito da Contraineligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível.

iv) O Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade⁹.

O objetivo geral da pesquisa foi contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.

Para o alcance do objetivo geral exposto, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Mostrar a relação entre a Ciência da Informação e a Atividade de Inteligência.
- b) Mostrar a relação entre a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência de Estado e a Proteção de Conhecimentos Sensíveis.
- c) Identificar as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.
- d) Analisar as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir de um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

2 A INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os aspectos da inter e transdisciplinaridade da CI, como Ciência Social Aplicada, subsidiam a pesquisa, na identificação das interfaces existentes entre essa Ciência e a Atividade de Inteligência, especificamente, a Inteligência de Estado.

⁷ Inteligência Estratégica pode ser definida como a “atividade de uma expressão de Inteligência que tem implicações a longo prazo, geralmente vinculada a formulação de cenários prospectivos”. [Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva - ABRAIC (GONÇALVES; 2010, p.36)]

⁸ Inteligência Econômica é “exercida por órgãos do Governo cuja finalidade é a produção de inteligência para o desenvolvimento da vantagem competitiva de um país, bem como a proteção das informações científicas e tecnológicas sensíveis voltadas para a atividade produtiva”. [Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva - ABRAIC (GONÇALVES; 2010, p.36)]

⁹ Esclarecemos que o que é considerado conhecimento sensível pela Abin, na nossa pesquisa, será também visto como patrimônio brasileiro, de acordo com o que está explicitado na introdução.

No contexto da abordagem inter e transdisciplinar da CI, Marteleto (2007) relaciona informação e cultura, defendendo a inter e a transdisciplinaridade dos campos de estudos da informação, relacionando conceitos em campos distintos, mas demonstrando a importância de se guardar a essência desses conceitos. Neste sentido, a autora lembra que um campo de conhecimento se define a partir de olhares e perguntas que lançamos sobre os próprios fenômenos e complementa que

Falar do campo de estudos da informação é postular um olhar próprio desse campo em direção a fenômenos que são muitas vezes olhados por outros olhares, de outros campos, mas que não se confundem com eles, apesar da sua proximidade e compartilhamento disciplinar. (MARTELETO, 2007, p.25)

Marteleto (2007, p.25) defende como o conhecimento deve ser entendido e praticado na CI, a partir do conceito de informação, como elemento da cultura:

(Re) situar a cultura no ar do tempo dos fenômenos informacionais implica em entender as suas configurações seja como cenário, fundo, contexto, ambiente, ou como mediação de sentido, discurso, narrativa, território. A informação, afinal, tal como é entendida e praticada na Ciência da Informação, é antes de tudo um fato cultural e político, e não técnico. Sem deixar de lado ou rejeitar o caráter material e funcional do objeto informacional, as perguntas desse campo orientam-se pelos caminhos dos sentidos e das ações humanas, daí a centralidade da cultura em seu território disciplinar, conceitual, epistemológico, social e político.

Agregando à ideia da informação como elemento da cultura – que aponta a interdisciplinaridade da Ciência da Informação e o caráter estratégico da Inteligência de Estado – Tarapanoff (2006, p.19-20), no sentido de buscar sinergia entre Estratégia, Informação, Conhecimento e Inteligência, a partir do olhar da Ciência da Informação, defende que a CI “é uma ciência de caráter eminentemente interdisciplinar, que tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos).”

Como síntese, o contexto informacional estratégico – o processo de produção do conhecimento, o sistema de informação, o produto conhecimento, o processo decisório e o usuário da informação – são interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que podem contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível.

3 A VISÃO ESTRATÉGICA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O presente artigo aborda o enfoque estratégico da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), que estuda a produção, organização e utilização da informação e do conhecimento como atividades de investigação científica vinculadas à CI fundamentado no pressuposto da pesquisa de que a GIC, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

A visão estratégica da GIC sintetiza o trinômio – Informação, Conhecimento e Inteligência – como um produto de apoio ao processo de tomada de decisão estratégica, denominado Conhecimento de Inteligência, que se caracteriza por sua natureza proativa, ou seja, antecipa-se aos fatos e busca obter, analisar, interpretar e disseminar conhecimentos aos tomadores de decisão da alta cúpula para a defesa dos interesses da segurança da sociedade e do Estado.

Fernandes (2012) defende que, pelo fato de a Atividade de Inteligência apoiar o processo decisório, a partir da produção de conhecimentos, deve ser orientada por um planejamento estratégico e sua atuação deve ser sinérgica à gestão estratégica, voltada para ações de longo prazo e de grande abrangência.

Corroborando com a ideia clássica de que a CI é uma ciência interdisciplinar e que a GIC é uma abordagem preponderantemente vinculada a essa Ciência, Barbosa (2008, p.21) compara a gestão da informação (GI) com a GC, e os aspectos relacionados com a origem e a evolução dessas disciplinas, demonstrando a “importância de se enxergar a informação e o conhecimento como fenômenos indissociáveis e complementares da vida organizacional”. Para ele, o grande desafio da GIC é “descobrir, organizar, disseminar e utilizar esse conhecimento de maneira efetiva”.

Barbosa (2008) também relaciona a GC com a Inteligência Estratégica Organizacional, pois, segundo ele, a necessidade que uma organização tem de se adaptar ao ambiente no qual está inserida e de se alinhar, estrategicamente, com seus sistemas, recursos de informação e objetivos, são fundamentais como insumo para o processo de tomada de decisão estratégica.

Diante desse entendimento e, complementando a visão estratégica da GIC, podemos também considerar a área de conhecimento relacionada aos Recursos Humanos – e seus componentes, tais como competências, cultura, compartilhamento e aprendizagem organizacional – como interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, principalmente, pela compreensão de que são as pessoas que formulam estratégias que, aplicadas no contexto Estatal, produzem Conhecimento de Inteligência, inerente ao processo decisório.

Tarapanoff (2006) relaciona estratégia, informação, conhecimento e inteligência, numa perspectiva sintética, em que a Inteligência Estratégica proporciona melhoria dos processos, aprimoramento do sistema, fortalecimento da cultura e criação de conhecimento. Esses benefícios proporcionados pela Inteligência Estratégica podem ser aplicados, analogamente, à proteção do conhecimento sensível, dentro das organizações, no contexto do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

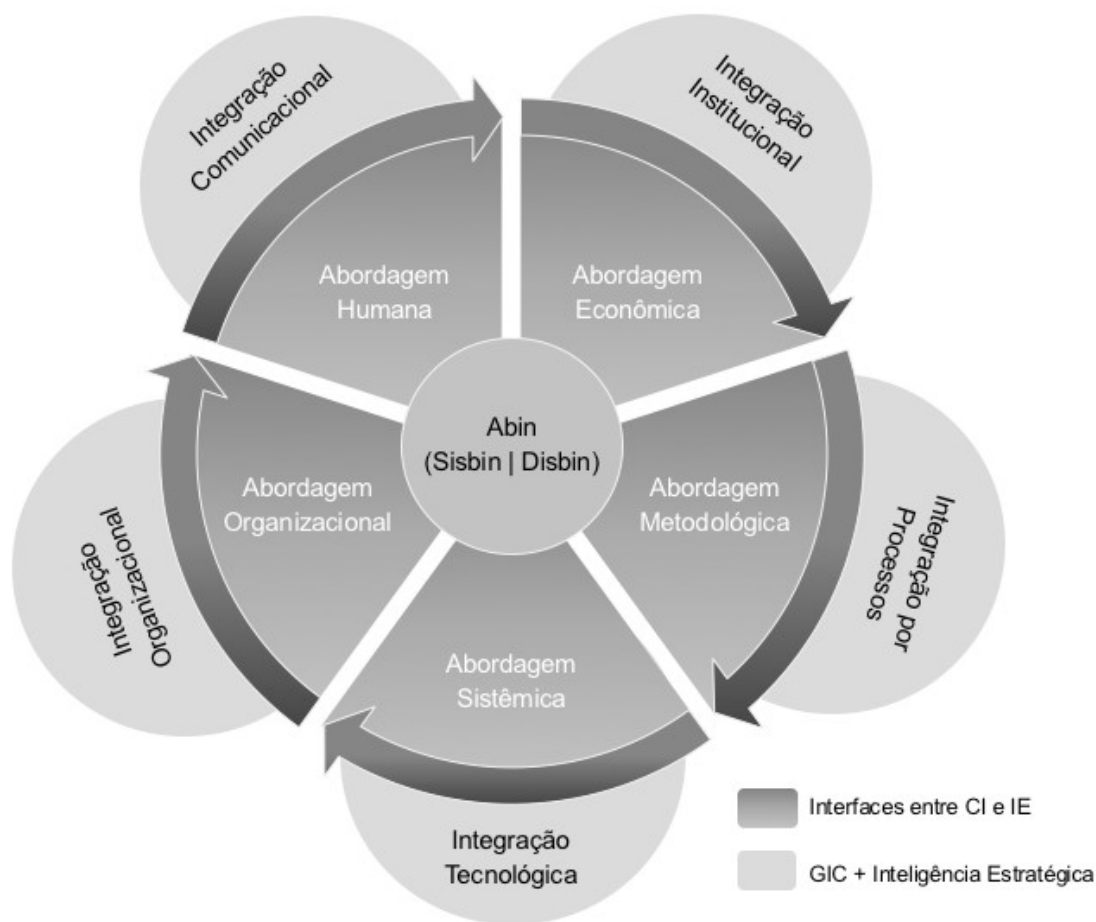
Em 7 de dezembro de 1999, o Presidente da República instituiu o Sisbin e criou a Abin. A criação da Agência proporcionou ao Estado brasileiro institucionalizar a atividade de Inteligência, mediante ações de coordenação do fluxo de informações necessárias às decisões de Governo, no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades, aos antagonismos e às ameaças, reais ou potenciais, para os mais altos interesses da sociedade e do país.¹⁰

Todo o processo metodológico, que gera conhecimento de inteligência, é integrado, sistemicamente, por meio do Sisbin e do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin).

Vejamos, a partir da Figura 1 o funcionamento do Sisbin, do Disbin e da Abin, como órgão central responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência:

Figura 1 - Esquema Sintético-Comparativo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (Disbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

¹⁰ Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=O_que_%E9_o_PNPC%3F
(Consulta realizada em: 15/04/15)



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, podemos relacionar produto, processo, sistema e organização da Inteligência de Estado como componentes integrados à GIC e, conseqüentemente, à Ciência da Informação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico da presente pesquisa se fundamentou no método dedutivo como instrumento para elencar as interações entre a Ciência da Informação (CI) e a Inteligência de Estado, no que tange à Proteção do Conhecimento Sensível. Com o intuito de validar a hipótese formulada de que existe interdependência entre as áreas de conhecimento. O método dedutivo é um método científico que se fundamenta na explicação de um fenômeno, a partir da insuficiência de um conhecimento, apresentado pelo problema de pesquisa, que será respondido por hipóteses formuladas, as quais serão testadas para serem validadas ou não, a partir das inferências analisadas por um processo dedutivo de análise.

A partir dos pressupostos teóricos justificados pelo método dedutivo, fundamentado por hipótese e por um constructo teórico, cujas inferências analisadas, teoricamente, darão

suporte a uma análise crítica concreta, aliada a um estudo de caso do PNPC, sob a égide da Abin, se chegará à singularidade que surge do universal para o particular.

A singularidade desta pesquisa será sustentada por pressupostos gerais que apoiarão a compreensão da unidade de estudo analisada: o PNPC.

O recorte da unidade de análise do estudo de caso, o PNPC, nos permitirá analisar, de forma a contribuir, qualitativamente, a partir das inferências relativas às iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível sobre as interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado, identificadas no constructo teórico desenvolvido.

Nesse contexto, os fundamentos da pesquisa, juntamente com a compreensão do constructo teórico, foram o alicerce para a identificação das interfaces que subsidiarão a criação de categorias de análise, desenvolvidas neste capítulo.

Trata-se de um estudo de caso que objetiva enriquecer a aplicabilidade do processo de conceituação e categorização para delimitação de domínio, identificação e confirmação dos termos que abordados na revisão bibliográfica.

No intuito de facilitar o entendimento da criação das categorias que nortearam as análises desenvolvidas que foram fundamentadas no estudo de caso do PNPC e no constructo teórico, apresentaremos um quadro sintético-comparativo do escopo da pesquisa – o alinhamento da hipótese com os pressupostos norteadores e os objetivos específicos – através do método dedutivo que subsidiou o desenvolvimento de categorias de análise, na identificação das interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado. Essas interfaces, desenvolvidas na pesquisa, fundamentadas na teoria, serão a base para as contribuições das iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, do PNPC, da Abin.

Figura 2 – Sintético das ideias centrais da pesquisa

ÁREAS DE Conhecimento Abordadas	Ciência da Informação e sua Interdisciplinaridade; Gestão da Informação e do Conhecimento, Inteligência Organizacional, Inteligência Estratégica, Inteligência Econômica; Atividade de Inteligência, Inteligência e Contraineligência de Estado, Proteção do Conhecimento Sensível; Patrimônio, Expressões do Poder Nacional, Salvaguarda Patrimonial.			
HIPÓTESE	Há interdependência entre as áreas de conhecimento abordadas na presente pesquisa.			
Questão da pesquisa	De que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível?			
PRESSUPOSTOS NORTEADORES	A Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo da Atividade de Inteligência.	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.	A Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Econômica, no âmbito da Contraineligência de Estado, contribui com a Proteção do Conhecimento Sensível.	O Patrimônio Cultural Brasileiro abrange os Conhecimentos Sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da Sociedade.
OBJETIVO GERAL	Contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da análise das interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Demonstrar a relação entre a Ciência da Informação e a Atividade de Inteligência.	Demonstrar a relação entre a Gestão da Informação e do Conhecimento, a Inteligência de Estado e a Proteção de Conhecimentos Sensíveis.	Identificar as interfaces existentes entre a Ciência da Informação e a Inteligência de Estado.	Analisar as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir de um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), da Agência Brasileira de

Fonte: Elaborado pela autora.

5 O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL

O PNPC, como nossa unidade de análise, é um programa preventivo voltado para instituições nacionais, públicas ou privadas, detentoras de conhecimentos sensíveis, cuja proteção interessa ao Estado, nas áreas de atuação relacionadas à defesa nacional; pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica; energia; minerais e matérias estratégicas; conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; agropecuária; desenvolvimento socioeconômico; educação e promoção da cultura de proteção do conhecimento sensível.

Esse programa propõe atuação integrada na identificação dos conhecimentos sensíveis a serem protegidos; os meios de produção, suporte, armazenamento e transmissão desses conhecimentos e as ameaças reais e potenciais ao conhecimento detido pela instituição.

A implementação do PNPC se dá em três fases: na primeira fase, de sensibilização, o corpo funcional da instituição parceira é conscientizado sobre a importância dos conhecimentos sensíveis e são apresentadas boas práticas para a sua proteção. Na segunda fase, de avaliação de riscos, os conhecimentos que devem ser protegidos são identificados, assim como os níveis de ameaça, em relação a espionagem, vazamento, sabotagem e sinistro. Na sequência, os sistemas de proteção para a identificação de vulnerabilidades são avaliados no intuito de apresentar recomendações de medidas corretivas, procedimentos e controles de segurança, consolidadas em um Relatório de Avaliação de Riscos. Por fim, na terceira fase, de acompanhamento, ações conjuntas durante a execução do programa são avaliadas e são oferecidos, pela Abin, apoio e assessoramento na implementação de recomendações de segurança, relacionadas aos conhecimentos sensíveis da instituição, tanto no que tange à normatização para elaboração de políticas quanto à classificação de documentos.

A metodologia de proteção do conhecimento desenvolvida pela Abin é fundamentada em normas e técnicas e na legislação vigente, abordando quatro segmentos de proteção:

- a) Proteção Física: medidas destinadas à proteção dos locais onde são produzidos, tratados, custodiados ou armazenados conhecimentos, informações, dados e materiais sigilosos;
- b) Proteção na Gestão de Pessoas: medidas que buscam dificultar o ingresso de pessoas cujo perfil é inadequado para os padrões de segurança da instituição, bem como outras medidas que buscam assegurar padrões de comportamento profissional e ético recomendáveis para a salvaguarda dos conhecimentos sensíveis;

- c) Proteção de Documentos: medidas destinadas a proteger a elaboração, o manuseio, o trânsito, a difusão, o armazenamento e o descarte de documentos sigilosos, bem como a sua adequação às leis e normas que regulamentam as atividades da instituição;
- d) Proteção de Sistemas de Informação: medidas que visam a garantir o funcionamento da infraestrutura tecnológica de suporte ao acesso, armazenamento e comunicação dos dados, informações e conhecimentos sensíveis.¹¹

O PNPC objetiva:

- a) Conscientizar detentores de conhecimentos sensíveis nacionais sobre as ameaças a que estão sujeitos;
- b) Fomentar o desenvolvimento da cultura de proteção do conhecimento sensível, inclusive do conhecimento tradicional associado à biodiversidade;
- c) Apresentar medidas de proteção desses conhecimentos e assessorar na sua implementação;
- d) Promover a interação de órgãos governamentais e instituições nacionais detentoras de conhecimentos sensíveis.¹²

Além dos objetivos diretos, o programa proporciona benefícios indiretos às instituições, tais como melhorias obtidas nos processos de gestão da informação sensível que podem ser aplicadas, analogamente, à gestão de dados e conhecimentos não sensíveis, resultando em aperfeiçoamento em toda a cadeia de produção e gestão dos conhecimentos da organização.

6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Nossa análise buscou identificar de que forma as interfaces existentes entre a Ciência da Informação (CI) e a Inteligência de Estado podem contribuir com as iniciativas de Proteção do Conhecimento Sensível, a partir da compreensão do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento (PNPC) da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e das categorias de análise desenvolvidas

A Categoria Contexto Informacional Estratégico se caracteriza pelo aspecto estratégico-informacional da produção do conhecimento, do produto conhecimento, do sistema informacional, do processo decisório e do usuário da informação.

Nesse sentido, o sistema informacional – como parte do contexto informacional estratégico, aplicado à Atividade de Inteligência – objetiva reunir dados a serem analisados,

¹¹ Fonte: site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/>. Acesso em 20/04/16.

¹² Fonte: site da Abin. <http://www.abin.gov.br/atuacao/programas/pnpc/>. Acesso em 20/04/16.

produzir informação contextualizada a ser interpretada que gera conhecimento de Inteligência, que apoia o processo de tomada de decisão estratégica do usuário da informação.

Esse sistema contribui diretamente com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, no âmbito de atividades destinadas à conscientização dos profissionais das instituições, parceiras da Abin, através do PNPC, objetivando a adoção de medidas, procedimentos e comportamentos adequados, considerada a natureza sensível dos assuntos aos quais tenham acesso, tendo em vista que o usuário da informação é o tomador de decisões em relação aos conhecimentos que deverão ser protegidos e os que deverão ser compartilhados, de maneira sistêmica, integrada, abrangente e pormenorizada.

A Categoria Integração Estratégica da GIC se caracteriza pelo aspecto estratégico-integrativo da Gestão da Informação e do Conhecimento com a Inteligência Estratégica.

Nesse sentido, por meio da integração estratégia, informação, conhecimento e inteligência, numa perspectiva sintética e relacionada à Atividade de Inteligência de Estado, integram o fluxo informacional entre produto, processo, sistema e organização. As abordagens humana, econômica, metodológica, organizacional e sistêmica, numa visão integrada da GIC, objetivam a produção do conhecimento de Inteligência, que subsidia o processo decisório estratégico.

No campo da Ciência da Informação (CI), a GIG aliada à Inteligência Estratégica com sistemas, recursos de informação e objetivos de uma organização são fundamentais como insumo para o processo de tomada de decisão estratégica. Nesse contexto, podemos reforçar que o tomador de decisão, que é um ser social, inserido na sociedade, em sua cultura, constrói o conhecimento, pois, segundo Valentim e Gelinski (2005), ele interpreta a informação sobre o ambiente de modo a dar significado ao que está acontecendo à organização, criando novos conhecimentos combinado com a experiência de seus colaboradores que estão sempre aprendendo e inovando. Corroborando com essa ideia, Tarapanoff (2006) defende que a inteligência é criada ao longo de um processo de gestão da informação e do conhecimento, elaborando um sistema útil às organizações integrado em sua cultura e em seus cenários voltados ao futuro.

A Integração Estratégica da GIC identificada como uma interface existente entre a CI e a Inteligência de Estado, pelo seu caráter estratégico-integrativo para a produção do conhecimento de inteligência, no contexto da Inteligência de Estado, utiliza técnicas de diversas áreas do conhecimento e é integrado, sistemicamente, por meio do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e de seu Departamento de Integração (Disbin) – parte integrante da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Esta atua como órgão central

responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência e tem a competência legal de planejar e executar a proteção dos conhecimentos sensíveis, a partir da implementação do PNPC.

Para o cumprimento do objetivo do PNPC de promover a interação de órgãos governamentais e instituições nacionais detentoras de conhecimentos sensíveis, abordagens da Gestão da Informação e do Conhecimento, em seus aspectos humanos, econômicos, metodológicos, organizacionais e sistêmicos visam integrar estrategicamente produtos, processos, organizações e sistemas relacionados ao contexto informacional estratégico nos quais os detentores de conhecimentos sensíveis estão inseridos.

As abordagens da GIC aliada à Inteligência Estratégica, com enfoque informacional integrativo, visam contribuir com a implementação do PNPC, em suas três fases, incluindo as medidas de proteção dos segmentos do PNPC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar informacional dos fenômenos relacionados à proteção do conhecimento sensível, por meio do PNPC, foram analisados mediante o contexto informacional da Atividade de Inteligência, a visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, o aspecto preventivo da Contraineligência de Estado e a abordagem abrangente do Patrimônio.

A análise do contexto informacional da Atividade de Inteligência, norteada pelo pressuposto de que a Ciência da Informação é um campo de conhecimento científico para o estudo dessa Atividade, foi fundamentada no propósito do agir-ético-político do sistema de Inteligência como apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas. Dessa forma, a contribuição às iniciativas de proteção do conhecimento sensível aprimora esse sistema como apoio ao processo decisório do Estado.

Nesse sentido, a categoria Contexto Informacional Estratégico sintetiza interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que, correlacionada às medidas especiais de proteção do conhecimento sensível, no PNPC, buscou contribuir com iniciativas tais como: o desenvolvimento de uma cultura de proteção das informações estratégicas; a melhoria dos processos de produção do conhecimento, o incentivo à criação de conhecimento e o aprimoramento do sistema de Inteligência.

A análise da visão estratégica da Gestão da Informação e do Conhecimento, aliada à Inteligência Estratégica, no âmbito da Inteligência de Estado, gera Conhecimento de Inteligência.

A pesquisa evidencia a necessidade do compartilhamento do conhecimento pela visão integrativa da GIC. Cabe ressaltar, que essa abordagem relaciona o trinômio – Informação, Conhecimento e Inteligência.

Nesse contexto, a categoria Integração Estratégica da GIC sintetiza algumas interfaces existentes entre a CI e a Inteligência de Estado que, por meio de nossas análises e pelo estudo da estrutura do PNPC, nos permitiu deduzir que a integração comunicacional-institucional entre a Abin, o Sisbin, o Disbin e suas instituições parceiras contribui com o compartilhamento de toda o fluxo informacional dessa cadeia de inteligentes coletivos.

O intuito, em todo o processo de construção de conhecimento na pesquisa, foi, além de buscar contribuir com as iniciativas de proteção do conhecimento sensível, a partir de nossas análises, também promover a abertura do diálogo, o estímulo à reflexão e a promoção da interdisciplinaridade.

Esses valores, aliados aos conceitos – do Homem como Ser Social, da Informação e do Conhecimento como elementos da Cultura e a Ciência da Informação como um campo de estudo, cujo objeto demanda diversidade em suas abordagens – buscamos estimular o compartilhamento de conhecimentos, a troca de experiências e um ambiente de aprendizagem contínua condizente com os processos de Invenção e Inovação. Com o aprofundamento dos temas apresentados nesta pesquisa, propomos refletir sobre a integração da Ciência da Informação com as áreas de conhecimento aqui abordadas, de maneira a estimular estudos futuros e contribuir com a melhoria do Saber-Fazer de técnicas inovadoras que visem a construção de modelos, metodologias e representações do conhecimento, relacionadas às Atividades de Inteligência

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível (PNPC)**. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=242#im-plementacao>. Acesso em: 27 maio.2014.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Coordenação-Geral de Documentação e Informação. **Proteção de conhecimentos sensíveis e sigilosos**. Brasília: Abin, 2007. 146 p. (Série Coletânea de legislação; n. 4).

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaços digitais. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, 2003. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edição_15/alvarenga_representacao.pdf>.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. esp., p. 1-25, 2008.

BRASIL. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. de 16.9.2002a. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm. Acesso em 28 abril. 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of American Society for Information Science*. n. 42, v.5, p. 351-360, 1991.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões; tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac, 2003. cap. 1 e 6, p. 27-61 e 327-380.

CONSELHO CONSULTIVO DO SISBIN. **Manual de Inteligência**: Doutrina Nacional de Inteligência - Bases Comuns. Brasília: Agência Brasileira de Inteligência, 2004, 44p, p.12.

FERNANDES, F.C. inteligência e gestão estratégica: uma relação sinérgica. **Revista Brasileira de Inteligência**.n.7, jul.2012, p.21-30.

KERR PINHEIRO, Marta M. Processo de Transformação das Políticas de Informação no Estado Informacional. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília: v.3, n.1, p.113-126, dez. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MACIEL, Rodrigo Fileto Cuerci; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Pirâmides do Conhecimento: abordagens comparativas entre Ciência da Informação e Inteligência de Estado. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa. v. 8, n. 1, p. 29-39, 2013.

MARTELETO, R.M. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA ,M.L.G.; ASA FUJINO, D.P.N.(Orgs.). **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007.318 p. Cap. 1, p.13-26.

TARAPANOFF, Kira (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UNB, 2001.

VALENTIM, M.L.; GELINSKI, J.V. Gestão do Conhecimento como parte do processo de Inteligência Competitiva Organizacional. **Informação & Sociedade:Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 41-59, jul/dez. 2005.